



Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento de Ciências Econômicas



Monografia

Plano Real: o problema da inflação no Brasil e as estratégias de ação econômica adotados de 1986 a 1994.

Aryelly de Paula Bedin Brochado

Mariana, Minas Gerais

2022

ARYELLY DE PAULA BEDIN BROCHADO

Plano Real: o problema da inflação no Brasil e as estratégias de ação econômica adotados de 1986 a 1994.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Mariana, Minas Gerais

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B863p Brochado, Aryelly De Paula Bedin.
Plano Real [manuscrito]: o problema da inflação no Brasil e as estratégias de ação econômica adotados de 1986 a 1994. / Aryelly De Paula Bedin Brochado. - 2022.
39 f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira Oliveira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Escola austríaca de economistas. 2. Inflação. 3. Reforma monetária - Brasil. I. Oliveira, Francisco Horácio Pereira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.5

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Aryelly de Paula Bedin Brochado

Plano Real: o problema da inflação no Brasil e as estratégias de ação econômica adotados de 1986 a 1994

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 10 de junho de 2022

Membros da banca

Doutor em Economia - Francisco Horácio Pereira de Oliveira - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor em Economia - André Mourthe de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor em História Econômica - Daniel do Val Cosentino - Universidade Federal de Ouro Preto

Francisco Horácio Pereira de Oliveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Horacio Pereira de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/06/2022, às 23:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0345678** e o código CRC **DDB59D47**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e meu irmão Gabriel, vocês iluminaram e fizeram possível cada passo dessa jornada. Aos professores que me acompanharam pela graduação por todos os ensinamentos dentro e fora de sala. Por fim, agradeço à minha segunda família, a república Intocáveis, que fez meu caminho ser mais leve e divertido, sou eternamente grata!

RESUMO

Neste artigo discutimos as tentativas de estabilização da inflação no contexto brasileiro entre 1980 a 1994. A revisão bibliográfica do período prioriza as discussões que abordam os diferentes conceitos de inflação e indicam as abordagens elaboradas pelo governo brasileiro a partir das diferentes percepções sobre a particularidade do problema inflacionário para o Brasil. Distinguindo-se de outros estudos já publicados, este trabalho busca estudar o período sob o ponto de vista da escola austríaca de economia, apresentando um conceito de inflação trabalhado por esses autores de modo a contribuir para a percepção das estratégias de estabilização elaboradas no Brasil. Assim, pretende-se responder a seguinte questão: Como diferentes percepções sobre o conceito de inflação interferiram nas abordagens de estabilização realizadas no Brasil? E, em abordagem inicial, como o conceito de inflação proposto pela Escola Austríaca de economia consegue contribuir para a revisão bibliográfica sobre o período?

Palavras-chave: Plano Real, Inflação, Estabilização.

ABSTRACT

In this work we discuss the attempts to stabilize inflation in Brazil from 1980 to 1994. By reviewing the literature from the time, it is important to prioritize discussions that approach different concepts of inflation and indicate the approaches developed by the Brazilian government from the different perceptions about the particularity of the problem of inflation in Brazil. Unlike other studies already published, this work seeks to study this period from the point of view of the Austrian school of economics, presenting a concept of inflation developed by these authors in order to contribute to the perception of stabilization strategies developed in Brazil. Therefore, we intend to answer the following question: How did different perceptions about the concept of inflation interfere in the stabilization approaches carried out in Brazil? And, in an initial approach, how does the concept of inflation proposed by the Austrian School of Economics manage to contribute to the literature review on the period.

Keywords: Plano Real, Inflation, Stabilization

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Contexto econômico: hiperinflação, Inflação inercial e planos frustrados de estabilização.	9
2.1 Hiperinflação	11
2.2 Inflação Inercial	12
2.3 Propostas anteriores de estabilização: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).	16
2.3.1 O Plano Cruzado	16
2.3.2 O Plano Bresser	18
2.3.3 O Plano Verão	21
2.3.4 Planos: Collor I (1990) e Collor II (1991).	24
3. O conceito de inflação para a Escola Austríaca de economia.	27
4. O Plano Real: implementação.	30
5. Pós-plano real: expectativas de estabilização.	33
6. Conclusões	36
7. Referências Bibliográficas	38

1. Introdução

Uma grande adversidade foi enfrentada pela economia brasileira durante as décadas de 1980 e 1990, tal problema, a hiperinflação, inflou os níveis de preços a taxas nunca antes observadas no país, corroendo o salário dos brasileiros e afetando drasticamente a qualidade de vida dos mais necessitados. O que por sua vez gerou graves distorções no *status quo* econômico da nação. Entre dezembro de 1979 a dezembro de 1994, a taxa de inflação acumulada foi registrada a um patamar de incríveis 13 trilhões e 342 bilhões por cento (LEITÃO, 2019), o que deixa evidente o tamanho do tormento vivido pelo brasileiro desta época.

De acordo com Balassiano (2019), as causas da hiperinflação evidenciada no país estão relacionadas ao aumento dos gastos públicos durante o plano de metas do governo de Juscelino Kubistchek, assim como no posterior governo militar. Tais governos, além de emitirem moeda para financiar seus gastos, ainda recorrem a recursos financeiros internacionais, o que acabou gerando uma elevação do endividamento externo. Somado ainda a crise mundial causada pelo choque do petróleo, que aumentou os preços desta *commodity* e influenciou ainda mais o crescimento dos preços da economia, visto ao seu efeito de transbordamento em diversas outras mercadorias, ocasionada graças ao aumento no custo do frete.

Diversos planos foram arquitetados para conter o avanço dos preços durante tal período, porém, a grande maioria fracassou. Segundo Giambiagi (2011), foram cinco os planos frustrados de estabilização, sendo eles: o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), o Plano Collor I (1990) e o Collor II (1991) os quais, todos estes, ajudaram a cultivar um clima de desconfiança na sociedade brasileira. Porém em 1993 o processo de estabilização econômica que controlaria a hiperinflação no Brasil foi iniciado. Amplamente conhecido pela população, tal processo foi denominado de Plano Real.

Sob esta desconfiança a respeito dos planos de estabilização realizou-se então a implementação do Plano Real, que teve um aspecto inovador em comparação aos planos anteriormente orquestrados. Sendo assim, no segundo semestre de 1993, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e a equipe da Casa da Moeda organizaram seus gestores de políticas econômicas e trabalharam em conjunto para a formulação do plano que se dividiu em três fases. Em primeiro lugar, iniciaram-se os ajustes fiscais com foco no estabelecimento de um fundo de emergência social que tinha como objetivo aumentar a flexibilidade da gestão tributária e orçamentária em 1994/1995. Já a segunda etapa é caracterizada pela utilização de

uma moeda de transição, denominada de Unidade Real de Valor (URV). Em seguida, a introdução de um padrão monetário novo, o Real, a moeda circulante até então (GIAMBIAGI, 2011).

Parece não haver dúvidas quanto a eficiência do Plano Real em estabilizar os preços e conter a inflação, porém diversos outros trabalhos críticos vêm sendo produzidos, apontando possíveis efeitos colaterais advindos das políticas efetuadas pelo plano. Portanto, este trabalho busca analisar a política de combate à inflação do Plano Real sob um olhar mais amplo, abrangendo tanto as críticas produzidas quanto os artigos já consagrados da literatura específica ao tema, comparando assim suas análises com os dados, sob o benefício do tempo destes vinte e sete anos decorridos.

Para tal, este trabalho busca revisar o Plano Real, apresentando suas fases de execução e suas principais realizações e, posteriormente a esta revisão de literatura, apresentar críticas relevantes elaboradas durante o período de execução comparando com perspectivas atuais referentes aos resultados alcançados.

Distinguindo-se de outros estudos já publicados, este trabalho busca estudar o período sob o ponto de vista da escola austríaca de economia, apresentando um conceito de inflação trabalhado por esses autores de modo a contribuir para a percepção das estratégias de estabilização elaboradas no Brasil. Assim, pretende-se responder a seguinte questão: Como diferentes percepções sobre o conceito de inflação interferiram nas abordagens de estabilização realizadas no Brasil? E, em abordagem inicial, como o conceito de inflação proposto pela Escola Austríaca de economia consegue contribuir para a revisão bibliográfica sobre o período?

2. Contexto econômico: hiperinflação, Inflação inercial e planos frustrados de estabilização.

O início dos anos de 1980 foram marcados por diversos problemas econômicos herdados da década passada, como por exemplo, os choques do petróleo de 1973 e 1979, que aumentaram vertiginosamente os preços cobrados pelos barris do óleo nos mercados internacionais. Assim como o conseqüente aumento das taxas de juros cobradas pelos Estados Unidos e o surgimento de uma recessão, dado a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (ABREU, 2015).

Estes eventos políticos e macroeconômicos internacionais influenciaram no surgimento de uma escassez de recursos financeiros para as economias em desenvolvimento (WORD BANK, 2005). No caso brasileiro, tais eventos acabaram gerando uma dificuldade em se obter linhas de crédito que financiassem as políticas expansionistas adotadas pelo ministro Delfim Netto em 1979 e, com isto, o processo de serviço da dívida tornou-se ainda mais custoso e prolongado, adiando o ajuste macroeconômico na economia nacional (LOPES, 1983).

Com isto, o crescimento econômico no país apresentou o início de uma recessão. Diminuindo o PIB nacional em 4,3% no ano de 1981, assim como também se iniciou um processo de crise na dívida externa brasileira, devido à esta escassez de crédito e ao aumento do custo de manutenção da dívida (RESENDE; LOPES, 1982).

Desta forma, como já existia um processo inflacionário da moeda desde o governo de Juscelino Kubitschek (com seu Plano de Metas), as taxas de inflação começaram a crescer ainda mais, primeiro por que o aumento dos preços do petróleo incidem em quase todos setores da economia, e segundo que, o aumento da dívida externa (que foi multiplicada por quatro durante o período), somado ao aumento nas taxas dos juros internacionais e à desvalorização da moeda nacional, forneceram os motivos nos quais se legitimaram os planos de estabilização monetária que se deram posteriormente no país (BRESSER-PEREIRA, 1986), descritos na seção destinada a revisão da literatura.

Durante o início do período conhecido como “década perdida”, o debate acerca das causas do descontrole nos níveis de preços e salários, se baseavam em especial as teses inercialistas, que ganharam força com a rigidez da inflação no início dos anos 80. Tal fato é observado através dos resultados analíticos de Resende e Lopes (1981, 1982), Lopes (1983) e Modiano (1983a) (ABREU, 2015).

Tais teses referem-se de que a Inflação Inercial seja representada pela ideia de memória inflacionária, o que quer dizer que os preços aumentariam pela simples sensação de que se aumentaram no passado, terão que continuar aumentando nos mesmos níveis ou em níveis superiores no presente e no futuro. Desta forma, o índice presente de inflação é a inflação passada somado a sua expectativa futura (BRESSER-PEREIRA, 1986).

Contudo, com a ocorrência do movimento social conhecido como as Diretas Já, e posteriormente, com as eleições diretas para presidente da república em 1989, Fernando Collor de Melo foi eleito. A economia daquele período estava em forte recessão, que ainda foi fortalecida por uma moratória da dívida externa realizada por Jose Sarney, antecessor de Collor e eleito indiretamente a vice-presidente da primeira república posterior a ditadura militar (BAUMANN, 1999).

Este processo recessivo influenciou nos níveis de empregos e as taxas de desemprego começaram a subir no início da década, como pode-se observar no gráfico 7.1 do texto de Baumann (1999). Porém, tal queda da oferta de trabalho apenas se deu a nível industrial, sendo que no comércio e nos serviços, esta taxa aumentou. Como o processo de endividamento estava pesando ainda mais tal estado recessivo da economia, formas de resolver este problema foram buscadas pelo governo. A solução encontrada pela equipe econômica era de abandonar as políticas heterodoxas aplicadas no governo passado e se adequar as recomendações do FMI e do Banco Mundial.

Tais recomendações são conhecidas através do termo Consenso de Washington, e consistem em dez medidas de política econômica, que foram formuladas pelo economista John Williamson, do Instituto Internacional de Economia. Estas medidas se tornaram a receita padrão do FMI para promover o ajustamento macroeconômico nas economias em desenvolvimento durante os anos de 1990 (WORD BANK, 2005).

No Brasil, as medidas econômicas implementadas para controlar a crise econômica e o cenário de inflação inercial esbarravam com um tumultuado contexto político. Como reforça Fábio Giambiage, Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao disputar as eleições em 1994 lidava com duas questões importantes para efetivação de suas propostas de governo:

Primeiro, tendo estudado, como sociólogo, as crises anteriores — e acompanhado a de Collor já como alto expoente do seu partido — ele sabia que as alianças políticas eram essenciais para poder governar o Brasil. [...] Por isso, concluir o mandato presidencial emanado da decisão popular na data prevista e entregar o comando do país ao seu sucessor, como é praxe no ritual normal de uma democracia — e como não ocorria no Brasil desde a transição entre JK e Jânio — foi uma das prioridades de FHC, e isso condicionou as opções que fez na economia. (GIAMBIAGE, 2011, p. 166).

O segundo ponto se refere às tentativas anteriores de estabilização do quadro econômico brasileiro. Como Giambiagi (2011) relembra, “cabe lembrar que antes do Plano Real houve nada menos que cinco planos frustrados de estabilização: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).” (p. 166). A campanha política de FHC girava em torno da concretização do Plano Real e alçou como seu grande estandarte político a superação da inflação.

2.1 Hiperinflação

A hiperinflação ocorre quando temos um contexto de alta da inflação e grande dificuldade de controle do quadro. No Brasil, as causas de hiperinflação que caracterizam o final da década de 1980 e início da década de 1990 estão relacionadas a um aumento expressivo dos preços de produtos e serviços. Segundo Marcel Balassiano (2019), “as causas da hiperinflação no país costumam ser relacionadas ao aumento dos gastos públicos durante o governo militar, elevação do endividamento externo, crise mundial (aumento dos preços do petróleo), queda nas taxas de crescimento do PIB, entre outras.” (p. 1).

Para Barbosa e Sallum (2002), existem duas hipóteses que procuram explicar a hiperinflação na teoria econômica. A primeira procura explicar a hiperinflação através de bolhas. Para os autores, é uma explicação limitada porque “baseia-se na instabilidade da dinâmica do sistema econômico, que pode eventualmente levar a uma trajetória de preços explosiva, mas que é imprevisível, pois depende de um choque que perturbe o equilíbrio da economia.” (p. 517-518). E, também, é introduzida pelos autores como uma hipótese sem evidência.

A segunda hipótese, mais tradicional, tem a sua base nos fundamentos da economia. Inspirada no trabalho de Cagan (1956 *apud* BARBOSA; SALLUM, 2002, p. 518), essa hipótese supõe que a hiperinflação ocorre, ou pode ser observada, porque “o déficit público a ser financiado por moeda é maior do que o valor máximo do imposto inflacionário que a economia é capaz de arrecadar dos adentes que demandam a moeda. Para Barbosa e Sallum, essa hipótese também impossibilita a observação de uma “trajetória da hiperinflação” porque acabam supondo uma combinação particular de valores para os parâmetros inflacionários.

Eles defendem, portanto, uma incursão teórica proposta por Barbosa (1999), que defendem que a hiperinflação ocorre, basicamente, porque é impossível ao governo financiar o déficit público, indefinidamente, através da emissão de moeda. Segundo Barbosa e Sallum

(2002), “o governo financia o déficit público emitindo moeda e cobrando impostos, mas a crise fiscal obriga-o a expandir de modo gradual a parte do déficit público que é financiado por moeda” (p. 518). A partir desse ponto de partida, seria possível analisar uma trajetória da hiperinflação em cada país observando suas particularidades e aspectos específicos de cada contexto.

Os principais aspectos a serem observados na identificação do lastro que gera a hiperinflação, segundo os dois autores, são: “[se] a quantidade real de moeda aproxima-se de zero; a taxa de inflação aumenta de maneira explosiva; o déficit público é financiado através da emissão de moeda; a duração da hiperinflação é bastante variável [...]; uma moeda estrangeira passa a circular no país, substituindo, primeiro, a função de reserva de valor da moeda local e, depois, a própria moeda local como meio de pagamento; a hiperinflação é estancada da noite para o dia, através de um programa de estabilização que muda o regime das políticas monetária e fiscal” (p. 519).

No caso brasileiro de hiperinflação que caracteriza o final da década de 1980 e início da década de 1990, a trajetória de explosão inflacionária pode ser observada através das medidas anteriores ao Plano Real que procuraram controlar e estabilizar o contexto econômico do país. Voltaremos a esse aspecto contextual após breve explicação sobre o conceito de Inflação Inercial.

2.2 Inflação Inercial

A Teoria da Inflação Inercial, como escolhemos referenciar nesse trabalho, tem uma paternidade disputada. Surgiu a partir de intensos debates e discussões de estratégias dentro de um contexto de alta exorbitante da inflação e em meio a tentativas que se demonstraram frustradas para controle do caos econômico brasileiro. Luiz Carlos Bresser-Pereira, doutor em economia pela Universidade de São Paulo, que foi Ministro da Fazenda do Brasil em 1987 e autor do Plano Bresser no governo de José Sarney, defende o seu protagonismo na identificação de uma “inflação inercial” no Brasil.

Segundo ele, a teoria surgiu como uma tentativa de explicar a explosão inflacionária brasileira a partir de aspectos históricos e políticos que geraram a instabilidade econômica no país. Bresser-Pereira reforça que, a teoria não surge como casualidade, mas “como uma resposta a uma necessidade concreta, a um fato histórico novo, que entre 1980 e 1984 constitui-se no Brasil a teoria da inflação inercial.” (BRESSER-PEREIRA, p. 169).

É importante pontuar que o relato de BRESSER-PEREIRA tem um ponto de partida muito específico. Bresser foi Ministro da Fazenda do Brasil em 1987 e autor de um plano de proposta de estabilização da inflação no país. Desse lugar específico de atuação, o economista relata que a percepção do aspecto inercial da inflação é o fio condutor das propostas que procurou colocar em prática. Segundo ele,

relatarei como, de repente, em 1980, ficou clara para mim a natureza inercial da inflação, e nos dois anos seguintes, Yoshiaki Nakano e eu logramos desenvolver o que suponho ter sido o primeiro modelo simples e compreensivo do mecanismo que tornava essa inflação autônoma da demanda. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 169).

É possível rastrear a “paternidade” da teoria, como também pontua Bresser-Pereira, mas optamos por uma revisão bibliográfica que tangencie os aspectos da teoria no percurso entre os planos anteriores ao Plano Real. Como o próprio Bresse-Pereira reforça, aspectos da teoria da inflação inercial já permeava as discussões de diversos economistas, ainda que não estivessem totalmente direcionados na estruturação teórica da discussão da indexação da inflação.

Também, por existir uma discussão ativa em termos de compreensão sobre os fatores que provocavam a aceleração da inflação, o aspecto inercial aparecia apenas como um complemento a discussões teóricas já enraizadas em escolas econômicas que apresentavam percepções sobre o problema que não necessariamente contribuíam para a resolução do contexto brasileiro. Era preciso compreender, portanto, porque a inflação alcançava estabilidade em altos pontos e, especialmente, o contexto de hiperinflação brasileiro, que não conseguia mais ser explicado pelas teorias mais convencionais.

Esse percurso é bem detalhado por Bresser-Pereira e torna-se, para nossa discussão, um ponto de partida importante a ser recuperado. No que tange às percepções teóricas sobre as causas da inflação na economia brasileira, o autor recupera a “curva de Rangel”. Para Rangel, a inflação era percebida enquanto um sintoma de crise econômica. A ideia da curva se referia a um padrão cíclico da inflação, observado pelo advogado e estudioso de economia, que demonstrava uma relação inversa entre a inflação e o crescimento econômico. Bresser-Pereira descreve o conceito apontando que,

Desde os anos 1950, verificava-se que, quanto maior o crescimento, menor a inflação, e vice-versa. A explicação de Rangel para esse comportamento da inflação era a de que a inflação é essencialmente um sintoma da crise — é um mecanismo de defesa da economia contra a própria crise. A curto prazo, o excesso de demanda pode provocar inflação, mas, em um prazo mais longo, o que eleva a taxa

inflacionária é a incapacidade da economia de resolver adequadamente suas próprias contradições, resultando daí a relação inversa. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 171).

Os trabalhos de Bresser-Pereira e Nakano tem como inspiração, até certo ponto, os trabalhos de Rangel. Mas somente após os trabalhos dos dois Rangel publica uma tentativa de esquematização daquilo que então ficaria conhecido enquanto “curva de Rangel”, demarcando sua especificidade e oposição à “curva de Phillips”. Como discutem Moreno e Modenesi,

Somente depois dos trabalhos de Bresser (1981) e de Bresser e Nakano (1984a e 1984b), Rangel (1985b) enunciou de forma mais clara aquilo que ficou conhecido como a “curva de Rangel”, mesmo assim sem definir explicita e formalmente uma relação (positiva) de causalidade entre recessão e inflação. Contemporaneamente, a curva de Rangel continuou sendo desenvolvida por Bresser e Rego (2013), que acrescentaram à análise pioneira de Rangel o papel crucial do setor externo na dinâmica subjacente à relação positiva entre recessão e inflação. (MORENO; MODENESI, 2014, p. 2).

No percurso que Bresser-Pereira apresenta para tentar delimitar o momento em que percebeu o aspecto indexável da inflação no contexto brasileiro ele aponta que o esforço em prol da resolução da crise levou à mudança de perspectiva em relação ao problema. Não era suficiente apenas determinar o que causava o crescimento desenfreado da inflação. A questão, portanto, precisava mudar. Não era suficiente discutir os fatores que ocasionavam a aceleração da inflação. Era preciso compreender “os fatores mantenedores da inflação”.

É a partir da percepção de uma situação de inflação que se mantinha muito alta, por longos períodos, que foi possível identificar o processo de indexação de preços. Segundo Bresser-Pereira:

A manutenção do patamar de inflação decorre do fato de que os agentes econômicos, em seu esforço para manter sua participação na renda, indexam informalmente seus preços, aumentando-os defasadamente; fazem-no porque não têm alternativa senão repassar aumentos de custos para preços, repetir no presente a inflação passada, indexar informalmente seus preços; fazem-no defasada ao invés de simultaneamente, porque grandes aumentos de preços quase simultâneos só ocorrem quando o problema deixa de ser o da *alta inflação* e passa a ser o da *hiperinflação*. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 176).

Esse processo pressupõe uma agressividade no aumento da participação da renda das empresas. O que, de certo modo, se alinha ao princípio fundamental da teoria econômica: equilíbrio das taxas de lucro, ou, equilíbrio dos preços relativos (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 176). Porém, o que os economistas começaram a compreender é que essa postura de indexação se alinhava a uma prática “defensiva” e expunha um conflito ainda mais complexo.

A busca pelo aumento de participação da renda acabava se configurando enquanto um fator de aceleração da inflação.

Bresser-Pereira expõe as condições contextuais que geravam tal processo e exemplifica o aspecto inercial da inflação a partir dessas particularidades. Para ele,

A inflação inercial torna-se, assim, o resultado do conflito entre empresas, capitalistas, burocratas e trabalhadores para manter sua participação na renda. Esse conflito pode ser agressivo — buscar aumento de participação na renda — e então será fator acelerador da inflação. No caso da inflação inercial, porém, esse conflito é essencialmente defensivo. Através da indexação informal, realizada através de reajustes defasados, os preços relativos vão sendo continuamente equilibrados e desequilibrados. Não há nenhum ponto de equilíbrio dos preços relativos, apenas um vetor de equilíbrio. Ao redor desse vetor, os preços nominais fixos temporariamente caem gradualmente em termos reais durante o período entre os reajustes e sobem no momento do reajuste, mas na média os agentes econômicos estariam satisfeitos com seus preços e, portanto, com sua participação na renda. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 176).

A inercialização da inflação era facilitada pela indexação formal da economia, no caso brasileiro. O que chama a atenção no contexto brasileiro, e que tem a compreensão facilitada na expansão do que é compreendido enquanto inflação, é que não é necessário que grandes oligopólios ajam de maneira ostensiva na indexação de preços. Como Bresser-Pereira reafirma, “Basta que os agentes econômicos já estejam acostumados com uma inflação alta. Basta que saibam que podem aumentar seus preços sem prévio acordo, mesmo que a demanda não esteja aquecida, porque os seus concorrentes não terão alternativa senão fazer o mesmo.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 177). E tudo isso ocorria, ainda que não estivessem em período de recessão. A lógica era sempre em favor da manutenção de participação na renda estável.

A teoria da inflação inercial foi o ponto de partida necessário para o início do processo de estabilização econômica brasileira no contexto da década de 1980 e início da década de 1990. O Plano Cruzado e o Plano Real, mais especificamente, se beneficiaram das descobertas dessa particularidade do caso brasileiro. Aqui, recuperamos o percurso teórico de Bresser-Pereira porque reconhecemos no economista um esforço de estruturalização teórica e uma intenção de mapeamento da discussão que recupera as teorias econômicas de base. Contudo, reconhecemos que a “teoria da inflação inercial” estava sendo desenvolvida, quase que concomitantemente, por três centros de pesquisa em economia importantes no país. Moreno e Modenesi (2014) enfatizam essa trajetória e reforçam os caminhos que apontam para uma possível identificação de origem da teoria. Segundo os autores,

destaca-se o desenvolvimento de três concepções da teoria da inflação inercial, desenvolvida, quase que simultaneamente, em distintos centros acadêmicos do país: PuC-RJ, unicamp e FGV-SP. Diante da conturbada conjuntura da chamada década perdida, a diferenciação entre essas teorias não foi alvo de um debate acadêmico mais profundo¹. A visão da PuC-RJ, em larga medida, acabou prevalecendo, e popularizando-se — notadamente por ter originado os planos Cruzado e Real. (MORENO; MODENESI, 2014, p. 565 e 566).

Como escolha metodológica, decidimos discutir os planos anteriores ao Plano Real apresentando as diferentes percepções em torno do problema da inflação para o Brasil no final da década de 1980 e início da década de 1990. Nos subitens destinados a cada uma dessas tentativas, apresentaremos em quais pontos a teoria da inflação inercial contribuiu para o campo pragmático.

Entendemos também que só a partir de um momento específico no contexto econômico brasileiro que a expressão “inflação inercial” passou a compor o escopo teórico e de identificação dentro das teorias econômicas. Como reforça Bresser-Pereira, “foi só depois do Plano Cruzado, quando a inflação inercial ficou conhecida por esse nome, que decidimos usar também essa expressão” (BRESSER-PEREIRA, 2010. p. 177).

2.3 Propostas anteriores de estabilização: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).

2.3.1 O Plano Cruzado

Para discutir as medidas estabelecidas no plano de estabilização que ficou conhecido como “Plano Cruzado” utilizaremos artigo de Bresser-Pereira publicado um mês depois do dia D, de congelamento dos preços na economia brasileira. O autor relata na introdução do artigo que, nesse momento, tudo indicava que o plano havia sido bem sucedido e o país caminhava para a estabilização da inflação, finalmente. Do ponto de vista da teoria da inflação inercial, se a tentativa de estabilização tivesse sido bem sucedida e o Brasil (e a Argentina também, como referencia o autor) tivesse conseguido eliminar uma inflação de 350% ao ano, a teoria e política econômica brasileira teria alçado um novo patamar.

No segundo semestre de 1985, após um breve período de congelamento parcial dos preços, a inflação voltou a se acelerar no Brasil. A situação tornou-se insustentável em janeiro de 1986, quando a inflação saltou para 16,2 % (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 11). No cenário interacional, o “choque heterodoxo”, que implica um congelamento dos preços e reforma monetária, vinha se sobressaindo como saída viável ao controle da inflação. Também,

as discussões sobre a inflação inercial, que permeavam o debate econômico brasileiro, se tornavam conhecidas das autoridades políticas.

Assim, em 28 de fevereiro de 1986, o choque heterodoxo foi aplicado como uma medida de estabilização. Bresser-Pereira detalha as medidas básicas adotadas pelo governo:

1) congelar todos os preços, salários e a taxa de câmbio nesse dia D; 2) desindexar a economia; 3) introduzir uma nova moeda, o cruzado, em lugar do cruzeiro, do qual foram retirados três zeros; 4) converter os contratos a prazo (salários, obrigações, aluguéis, taxas escolares, prestações de compra de casa própria) de cruzeiros em cruzados através de fórmulas que garantissem a recomposição do preço médio real dos últimos seis ou 12 meses. Todos os demais dispositivos do Plano eram complementares ou estabeleciam exceções àquelas quatro orientações básicas. (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 11).

A grande expectativa de sucesso do plano dependia de uma boa estratégia de compensação e reajustes que garantissem um equilíbrio. Era necessário, segundo expõe Bresse-Pereira (1986) que não houvessem “grandes ganhadores e grandes perdedores” (p. 12) no dia D. Isso porque, respeitando a margem de participação de lucros, que enfim gerava a indexação de preços, era preciso manter um reajuste em equilíbrio para que os “perdedores” não gerassem uma necessidade de reajuste de preços que desestabilizasse a situação econômica novamente.

A justificativa para o “choque heterodoxo” se baseava, segundo Bresser-Pereira (1986), no caráter inercial da inflação brasileira. Isto porque, a alternativa ortodoxa,

De inspiração monetarista ou keynesiana, baseado no corte de despesas do estado, aumento de imposto, redução drástica da quantidade de moeda, elevação da taxa de juros e recessão, que levaria, indiretamente à redução dos salários e das margens de lucro, não seria viável pelo simples fato de a inflação não ser de demanda mas inercial, era preciso quebrar a inércia inflacionária, ou seja, a capacidade de os agentes econômicos indexarem formal ou informalmente seus preços, repassando automaticamente seus aumentos de custos para preços. (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 13).

Na prática, as medidas do Plano Cruzado acabaram gerando resultados que não seguiram a percepção inicial, que inspirava as discussões econômicas do período. Em verbete sobre o Plano Cruzado no site da FGV temos as causas do fracasso do plano explicitadas:

Os autores do Plano Cruzado não tiveram nenhuma preocupação com a política fiscal, pois o déficit público e seu financiamento nada tinha a ver com o processo inflacionário, segundo a visão inercialista da inflação. Na verdade, a política fiscal do Plano Cruzado foi expansionista porque houve um aumento dos salários reais do setor público, em virtude dos abonos concedidos na conversão dos mesmos para cruzados.

A combinação de políticas monetária e fiscal expansionistas, congelamento de preços e taxa de câmbio fixa fez com que as exportações diminuíssem e as importações aumentassem. O saldo da balança comercial que tinha um superávit mensal de mais de um bilhão de dólares, tornou-se negativo em outubro de 1986, quando as importações superaram as exportações em 79 milhões de dólares. As reservas internacionais do Brasil, que estavam próximas de dez bilhões de dólares em fevereiro de 1986, diminuíram para menos de cinco bilhões de dólares em fevereiro de 1987.

O congelamento de preços provocou inúmeras distorções no sistema de preços, como ensina a boa teoria econômica. Por exemplo, em meados de 1986, o preço de um automóvel Monza com um ano de uso era maior do que o mesmo carro zero quilômetro. As empresas estatais de petróleo, eletricidade e telecomunicações tornaram-se vítimas do Plano Cruzado, pois não tinham mecanismos para contornar o congelamento de preços, como poderiam fazer as empresas privadas através, por exemplo, da maquiagem de produtos. A lucratividade real dessas empresas diminuiu ao longo de 1986, contribuindo para agravar as contas públicas do governo. (BARBOSA, p.1)¹

O que é interessante demarcar aqui é que a discussão proposta por Bresser-Pereira em artigo publicado após um mês de implementação do Plano já apresentava as preocupações em torno dos reajustes e as possibilidades de fracasso, que de fato se concretizaram. E nesse ponto, é importante apresentar um contraponto às discussões teóricas sobre a inflação inercial. A sua descoberta dizia sobre uma particularidade do contexto latino-americano que não poderia mais ser ignorada: uma inflação que gerava inflação, em leitura simples. Porém, o fracasso do Plano Cruzado indicava que, para além do aspecto inercial, outros fatores geravam constante aumento da inflação brasileira e precisavam ser considerados para que a estabilização alcançasse êxito.

Se até esse ponto entendemos as discussões teóricas sobre a inflação inercial como fundamentais para a compreensão do contexto de crise econômica brasileira do final da década de 1980 e início da década de 1990, não podemos deixar de introduzir um argumento complementar que indica as causas dos fracassos dos planos que antecederam o Plano Real. No verbete da FGV, o economista Fernando de Holanda Barbosa reforça:

Confundi-se inércia inflacionária com inflação inercial. Apesar da causa básica da inflação no caso brasileiro ser o financiamento do déficit público através de emissão de moeda, a propagação da inflação não é instantânea em virtude de rigidez no sistema de preços. Esta rigidez existe devido a contratos previamente acordados entre as partes, estabelecendo regras de reajustes que dependem de preços passados, ou porque previsões do futuro são feitas com base em dados do passado, ou ainda em virtude de cláusulas de correção monetária que reajustam preços hoje em função da inflação de ontem. Portanto, a inflação tinha uma componente inercial, mas isto não significa dizer que esta componente era a origem da inflação, como queriam os economistas responsáveis pelo Plano Cruzado.

¹ Cf. Verbetes Plano Cruzado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>

2.3.2 O Plano Bresser

O conturbado contexto político brasileiro é ponto importante para as discussões sobre os planos de estabilização. Após a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, José Sarney assumiu a presidência do Brasil. A crise econômica era a grande questão do contexto e o aumento galopante da inflação exigia uma postura nova, mais dura, com planos estruturados. Para tal, Sarney necessitava apoio político. O Plano Cruzado garantiu, em certa medida, a estabilidade e respiro necessário. Mas logo um plano de contenção precisou ser estabelecido. Como nomeia Macarini (2009), após o fracasso do Plano Cruzado, uma nova estratégia gerou “o lançamento do conjunto de medidas (de natureza corretiva, na sua intenção) conhecido como Cruzado II, ensejou um acre debate cuja ideia força esteve centrada na ênfase dada aos erros de administração do programa de estabilização, agravados pela forma como se decidiu corrigi-los.” (MACARINI, 2009, p. 2).

Com nova configuração do governo e com a nomeação de Luiz Carlos Bresser-Pereira como Ministro da Fazenda no lugar de Funaro, a nova estratégia implementada “pretendeu reeditar o choque heterodoxo depurado dos erros do Plano Cruzado” (MACARINI, 2009, p. 2). É interessante demarcar a posição de Bresser-Pereira no contexto político, em sua atuação prática, mas também como grande pesquisador e economista ativo no debate sobre a inflação e o contexto inflacionário da época. Em nosso trabalho, as discussões propostas por Bresser-Pereira aparecem em vários momentos. Em especial nas discussões que propunham um diagnóstico da situação inflacionária brasileira.

Macarini (2009) reforça a importância dessa postura ativa de Bresser-Pereira em sua trajetória de proposição de nova estratégia de ação. O autor reforça,

Bresser Pereira foi um participante assíduo do debate econômico e, no ambiente de perplexidade e indefinição que se seguiu ao Cruzado II, ele novamente marcou presença. Suas intervenções não se restringiram ao nível do diagnóstico e da análise da conjuntura, incluindo sugestões concretas de política econômica: com isso ele acabou antecipando as linhas gerais do futuro Plano Bresser. Esse talvez tenha sido um raro caso de combinação entre formulação de idéias e sua aplicação prática – até onde a complexidade do processo político-econômico o permite. O novo esquema de política econômica, por suposto balizado pela situação delicada da conjuntura, refletiu a avaliação crítica dos erros cometidos durante a implementação do Cruzado. E convém lembrar que Bresser integrou o grupo de economistas que formulou a interpretação alternativa da inflação inercial: ver, por exemplo, Rego (1986) e Bresser-Pereira (2003). (MACARINI, 2009, p. 39).

Essa participação ativa no debate acadêmico, e sua então proximidade ao governo o levou a apresentar diagnósticos sobre os pontos que causaram o fracasso do Plano Cruzado. Em entrevista ao Estado de São Paulo, antes da posse como Ministro, Bresser-Pereira pontuava: “a conjunção do excesso de demanda com a permanência de preços relativos desequilibrados (entrevista a O Estado de São Paulo, 29/04/87).” (BRESSER-PEREIRA, 1987 *apud* MACARINI, 2009, p. 39).

A sinalização inicial de Bresser-Pereira vai de encontro a uma abordagem ortodoxa, com ação de desvalorização da taxa de câmbio logo quando assume (CARDOSO, p. 1)². E, mais uma vez, sinaliza sua preocupação em torno da compreensão da inflação em seu aspecto inercial quando, na entrevista de 1987, antes de assumir o cargo de Ministro, reforça o seu diagnóstico: “Recompostos os preços relativos, eles se estabilizam agora em torno de 15% ao mês: essa é a inflação inercial, o componente de inércia voltou a ser predominante, o que não quer dizer que seja o único. Isso só nos modelos dos economistas.” (BRESSER-PEREIRA, 1987 *apud* MACARINI, 2009, p. 40).

As condições econômicas e o contexto político, de ausência de apoio e crise enfrentada no Governo Sarney, não eram favoráveis para Bresser-Pereira. Cardoso explica, em verbete da FGV sobre o Plano Bresser o contexto que envolvia as tentativas de Bresser-Pereira:

O plano foi lançado em meados de junho sob condições muito adversas: sem reservas internacionais e em estado de moratória, não podia contar com a valorização cambial para conter preços; a meteórica elevação recente da taxa de inflação sinalizava que os preços relativos estavam muito desalinhados, o que comprometia a eficácia de um novo plano de desindexação; a população, já escaldada pelo fracasso do plano anterior, diante de um eventual novo congelamento não hesitaria em acumular estoques preventivos; a implantação da Assembléia Constituinte, em que os constituintes eram os próprios parlamentares do Congresso regular, minava a capacidade do governo Sarney de obter apoio político para implantar medidas econômicas austeras. (CARDOSO, p. 1)³

Assim, a saída foi adotar estratégias tanto ortodoxas como heterodoxas. Em entrevista à Rede Globo, em 1987, Bresser-Pereira explicava a diferença entre o Plano que pretendia aplicar e o anterior, o Cruzado. A adesão popular não era significativa, ao contrário, o cenário era de descrença na capacidade do governo de conter a inflação. Bresser-Pereira então explicava, de modo simplificado e com auxílio de gráfico precário, que as atualizações dos

² Cf. Verbetes PLANO BRESSER. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-bresser>

³ Cf. Verbetes PLANO BRESSER. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-bresser>

salários seriam suficientes porque, com o controle da inflação, as oscilações anteriores, devido ao aspecto inercial, seriam controladas.

As principais medidas adotadas, foram:

Entre os primeiros destacavam-se o congelamento de preços e salários por 90 dias; e o estabelecimento de um fator de conversão de créditos aplicável a obrigações e títulos emitidos antes do lançamento do plano com valores nominais prefixados. Além dessas medidas, substituiu-se a Escala Móvel de Salários por um mecanismo baseado na Unidade de Referência de Preços (URP) que definia a taxa de reajuste mensal dos salários, a vigorar após decorrido o prazo de congelamento, como sendo a média geométrica da inflação observada nos três meses anteriores ao mês de reajuste. (CARDOSO, p. 1)⁴

Em relação às medidas mais ortodoxas implantadas por Bresser-Pereira, “no momento do lançamento do plano desvalorizou-se a taxa de câmbio em 10,6% e reajustaram-se as tarifas públicas (eletricidade: 45%, telefone: 34%, aço: 32%, combustíveis: 13%).” (CARDOSO, p. 1). Essa estratégia era necessária. Segundo Macarini, “acima de tudo, o déficit público (estimado naquele momento em 6,7% do PIB) teria de ser consistentemente reduzido sob pena de novamente frustrar o programa de estabilização.” (MACARINI, 2009, p. 51).

Contudo, o plano de estabilização não foi bem sucedido. Em Dezembro de 1987, Bresser-Pereira pediu demissão do cargo. A inflação, em dezembro, atingiu o patamar de 14%. Sem mais estratégias de ação, o Ministro da Fazenda se retirou do governo.

2.3.3 O Plano Verão

O Plano Verão foi a terceira tentativa de estabilização da inflação no Governo do Presidente José Sarney (1985-1990). Foi lançado em janeiro de 1989 pelo então Ministro da Fazenda Maílson da Nobrega. Após as duas tentativas anteriores terem fracassado, precisamos resgatar nesse ponto um debate sobre a teoria econômica brasileira que guiou as medidas adotadas no contexto.

Aqui, vamos recorrer ao verbete escrito por Renato Fragelli Cardoso, Doutor em Economia pela FGV e autor do verbete sobre o Plano Bresser, do qual utilizamos alguns apontamentos para nossa discussão. Como citamos anteriormente, ao falarmos das discussões sobre a teoria da inflação inercial empreendidas por Bresser-Pereira, precisamos indicar os

⁴ Cf. *Idem, Ibidem*.

pontos de discussão que identificam, hoje, uma “confusão conceitual” que dominou as duas primeiras tentativas de estabilização econômica empreendidas no Governo Sarney.

Como pontua o professor Cardoso, os planos anteriores fracassaram em resolver a questão do déficit público e de observá-lo enquanto essencial na composição de suas estratégias de estabilização. Segundo Cardoso, os dois planos anteriores “fracassaram por atacar exclusivamente os mecanismos de propagação da inflação, sem obter apoio político para enfrentar o problema do déficit público.”⁵. Nos dois casos, as estratégias foram elaboradas considerando a inflação inercial. Contudo, como assinala Cardoso,

Este diagnóstico revelou-se um equívoco, decorrente de uma confusão entre os conceitos de inércia inflacionária e inflação inercial. O fenômeno da inércia inflacionária caracteriza-se pela tendência da velocidade de elevação dos preços a perpetuar-se, em virtude de mecanismos de indexação que corrigem automaticamente diversos preços — como salários, tarifas públicas e taxa de câmbio — com base na taxa de inflação passada. Em todo processo inflacionário há um certo grau de inércia que, freqüentemente, mantém a inflação em nível superior ao necessário para financiar o déficit público; mas o que caracteriza uma inflação como (puramente) inercial é a permanência de inflação na ausência de desequilíbrio fiscal. (CARDOSO, p.1).⁶

De fato, muitos estudiosos concordam que o aspecto inercial era essencial para a identificação do grave problema econômico brasileiro. Contudo, o déficit público não estava no horizonte das medidas adotadas e, o problema do financiamento dele através de expansão monetária, não foi resolvido. Assim, o fracasso do Plano Bresser possibilitou reconhecer que “que para se eliminar a inflação não bastariam apenas medidas destinadas a eliminar a indexação generalizada da economia, mas uma solução definitiva para o recorrente déficit público” (*Idem, Ibidem*).

Fragilizado, o Governo Sarney enfrentava também dificuldades nas escolhas de ministros sucessores. Maílson da Nobrega assume, mas não arrisca nenhuma estratégia de choque. Segundo Cardoso,

a meta não era mais reduzir a inflação, que atingira 14% naquele mês, mas impedir que ela continuasse a subir, contendo-a abaixo de 20%. Ao invés de choques heterodoxos, planejava-se uma redução gradual do déficit público, com recomposição das tarifas públicas; manter a taxa de câmbio em nível realista, em vez de congelá-la. (*Idem, Ibidem*).

⁵ Cf. Verbete Plano Verão. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-verao>.

⁶ *Idem, Ibidem*.

Para Corazza (1989), essa hesitação, a “prudência”⁷ inicial da abordagem de Nóbrega pode ser lida enquanto mais um

expediente utilizado pelo Governo com o objetivo de ganhar tempo e protelar decisões, do que numa tentativa séria de buscar legitimidade social para estabelecer as regras de uma política econômica mais duradoura e não volátil e casuística como a que vinha sendo praticada. A frustração de tais negociações acabou retirando ainda mais a credibilidade necessária para conferir alguma eficácia a sua política econômica. (CORAZZA, 1989, p. 16).

Assim, em ano eleitoral, em meio a conflitos políticos e de estratégia de reeleição, o Plano Verão é lançado. Mais uma vez a política de congelamento de preços é adotada, mas também, com estratégias que misturavam abordagens ortodoxas e heterodoxas. O objetivo das medidas de curto prazo, publicadas na a Medida Provisória ns 32, de 16 de janeiro de 1989, era, basicamente, impedir o avanço da inflação e o estabelecimento de uma hiperinflação.

As medidas do Plano Verão, segundo Corazza (1989), eram:

O núcleo essencial do Plano abriga medidas ortodoxas, como a política monetária e a política fiscal restritivas (mais a monetária que a fiscal), acompanhadas heterodoxamente pelo congelamento de preços, salários e câmbio. Acompanha, ainda, a eliminação da OTN como principal indexador da economia, ficando seu valor congelado nos níveis de 1^o de janeiro (NCz\$ 6,17); o estabelecimento do IPC ou da variação da LFT (o maior deles) como índice de remuneração da caderneta de poupança; além de outras medidas de caráter fiscal, anunciando a intenção de restringir gastos com pessoal, como o pagamento da folha de salários do Poder Executivo no dia 10 do mês seguinte e a demissão dos funcionários sem estabilidade que haviam sido contratados nos últimos cinco anos. Finalmente, a supressão de três zeros do cruzado, passando a moeda nacional a chamar-se cruzado novo. (CORAZZA, 1989, p. 16).

A tendência inicial de estabilização foi ainda mais breve do que as provocadas pelo Plano Bresser. Um comportamento preventivo, com aumento de consumo independente do aumento das taxas de juro, indicava a queda da credibilidade da política econômica do Governo Sarney. O fracasso de mais um plano de estabilização levou o presidente, em seu último ano de mandato, a lidar com um comportamento de “manejar” um convívio com a inflação, galopante.

Os índices, em curto período de ação do plano, eram preocupantes. Cardoso indica que:

Em pleno congelamento, a taxa de inflação em fevereiro e março ficou em 3,6% e 6,1%, respectivamente. Ainda em fevereiro, o Congresso aprovou uma lei de reposição de perdas salariais em três parcelas de 7,5%. Em 14 e 15 de março houve

⁷ Termo utilizado por Cardoso em seu verbete da FGV. Conferir notas anteriores.

uma greve geral em que os trabalhadores pleiteavam reposição integral das perdas salariais. Em abril foram autorizados os primeiros reajustes de preços e o governo concedeu reposição salarial adicional de até 13,1%, dependendo da categoria profissional. (CARDOSO, p. 1).⁸

Assim, até o final do seu mandato, predominaram medidas menos austeras e baseadas em modos preventivos:

A taxa de câmbio passou a ser desvalorizada de acordo com o Índice Geral de Preços. A taxa de juros nominal passou a incorporar a taxa de ascensão da inflação, de modo a preservar o rendimento real dos títulos públicos, evitando a fuga de poupadores para ativos reais. Naquele mês, aprovou-se a reindexação salarial: salários inferiores a três salários mínimos recebiam correção mensal integral; para a faixa entre três e 20 salários mínimos a reposição era trimestral com antecipações mensais iguais à taxa de inflação que excedesse 5%; para a faixa superior a 20 salários mínimos instituiu-se a livre negociação. (*Idem, Ibidem*).

Como resultado, o Brasil experimentava, em novembro, uma inflação de 45% ao mês.

2.3.4 Planos: Collor I (1990) e Collor II (1991).

Em novembro de 1989, após 29 anos sem eleições presidenciais diretas, os brasileiros puderam eleger, em voto direto, Fernando Collor de Mello como Presidente da República. Após um longo período ditatorial, e imediatamente após um governo de transição conturbado, Collor de Mello venceu as eleições concorrendo com mais de 20 candidatos. Com uma proposta de governo liberal, derrotou em segundo turno o candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva.

As propostas dos dois candidatos que disputaram a presidência em segundo turno eram opostas, especialmente no campo econômico. Segundo Basilio Sallum Junior,

Collor atacava o gigantismo do Estado e os “marajás” que se locupletavam do dinheiro público sem trabalhar e sem merecimento; e defendia um reformismo liberal que rompesse o caráter fechado da economia brasileira e integrasse o Brasil ao “Primeiro Mundo”. Lula adotava a retórica econômica do velho Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a do desenvolvimentismo-distributivo, que demandava um desenvolvimento conduzido pelo Estado que almejasse o crescimento econômico sem descuidar da igualdade, da distribuição de renda. (SALLUM JUNIOR, 2018, p. 164).

No segundo turno, Collor conquistou o apoio de vários outros partidos e passou a atacar, diretamente, o presidente antecessor, José Sarney. Demarcando assim, a sua posição

⁸ Verbete sobre o Plano Verão publicado no site da FGV e referenciado em notas anteriores.

diante da crise econômica que se encontrava a o Brasil. Em 15 de Março de 1990 Collor tomou posse da Presidência da República, no dia seguinte ele lançou seu plano econômico de estabilização que é, talvez, um dos mais lembrados na memória da população brasileira.

Para além da conturbada coletiva de imprensa com a então Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, e da memória coletiva popular brasileira que marca o confisco das cadernetas de poupança como apanágio do Governo Collor, as medidas anunciadas naquele dia 16 de março eram sem dúvida, mais ousadas que as dos Planos anteriores. Pedro Cesar Fonseca, Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, argumenta que “o Plano é muito mais engenhoso que o debate travado entre monetaristas e inercialistas no Brasil, na última década, e encontra guarida em teorias diversas destas.” (FONSECA, 1990, p. 25).

Fonseca argumenta sobre um ecletismo das medidas adotadas nos Planos Collor e reforça a diferença das medidas adotadas por esse último em relação às duas teorias econômicas que predominavam no contexto. Em relação aos princípios monetaristas, Fonseca pontua:

Apesar do aperto monetário e das privatizações, o Plano viola o princípio número um do monetarismo, que é a soberania do mercado. Trata-se, na verdade, de uma interferência estatal sem precedentes na economia, inclusive nos patrimônios privados, subentendendo que a drástica mão do Governo precisa arbitrar perdas "ex-ante": a ausência do Estado levaria à hiperinflação, e tais perdas de qualquer modo ocorreriam, mas com muito maior grau de injustiça social e de forma muito mais lenta. O Plano, assim, adianta-se ao mercado e ousa encampar medidas odiadas pelo monetarismo, mesmo o mais moderado e transigente, como congelamento, impostos sobre fortunas e taxação de poupança. Sem contar que a indexação continua, e que o Governo tem até mais poderes de fixar preços, salários e taxas de juros do que antes. (FONSECA, 1990, p. 25).

Já em relação aos “inercialistas”,

A diferença básica do Plano com relação aos inercialistas reside em afirmar que o "déficit" público é o fator por excelência causador da inflação; negligencia-se o fato de a inércia explicar taxas inflacionárias tão altas, o que portanto, não é compatível com os modelos inercialistas que colocam a distribuição salário/lucro como centro do conflito distributivo. (*Idem, Ibidem*).

O que muitos autores reforçam, quando apontam os motivos dos fracassos dos planos de estabilização anteriores, diz respeito à ineficiência do Estado em controlar o seu déficit público. As estratégias adotadas, muitas vezes, tentavam atacar as possíveis causas da inflação exorbitante sem compreender todo o contexto econômico brasileiro para além das teorias econômicas defendidas. Sem dúvida, as contribuições dos chamados, por Fonseca, de “inercialistas” são importantes para a discussão sobre as particularidades do caso brasileiro.

Em retrospecto, as discussões empreendidas pelos economistas do período são essenciais para a compreensão do que era então entendido por inflação. Mas na prática, as ações tomadas, ou então, que foram possíveis, indicavam algumas discrepâncias.

Ao referenciar a abordagem “inercialista” sobre a inflação, em planos anteriores ao Collor, Fonseca pontua sobre como compreende a inflação. Para ele, “a inflação deve-se menos à rigidez do comportamento dos agentes econômicos para manter seu pico ou média de rendimentos e mais à forma com que o Estado recorreu para financiar seu "déficit" ao longo dos anos 80” (FONSECA, 1990, p. 25).

Houveram duas tentativas empreendidas no Governo Collor. Conhecidas como Collor I e Collor II. A primeira, anunciada logo após a posse, tinha como princípios básicos:

1) uma reforma fiscal com o objetivo de permitir, já no ano de 1990, uma reversão das contas do setor público da ordem de 10% do PIB, objetivando-se uma conversão de um déficit operacional previsto para 8% do PIB em um superávit operacional de 2% do PIB; 2) uma reforma monetária destinada a acabar com a moeda indexada, seguida por um bloqueio ao acesso a cerca de 80% dos ativos financeiros do setor privado. Tal indisponibilidade, que resultou em um controle direto do Banco Central sobre um montante de quase 51 bilhões de dólares ao final de março (mais do que o dobro do valor dos títulos federais fora do banco) visava impedir que a massa de recursos financeiros líquidos em poder do setor privado pudesse dirigir-se para os ativos reais, durante o período de transição da economia para taxas mais baixas de inflação; 3) o anúncio de uma política de rendas, a partir da instauração de congelamento imediato de preços e salários, depois de uma modesta correção em alguns preços públicos, e uma regra para o reajuste de preços e salários, destinada a impedir que as pressões inflacionárias acumuladas no período anterior, que continha expectativas explosivas, viessem a prejudicar o andamento do programa. (CARNEIRO, p. 1).⁹

Já o Plano Collor II foi lançado em janeiro de 1991 e surgiu como uma resposta ao cenário de crise econômica e política do primeiro ano de mandato de Collor. Também, de um desgaste profundo das relações do governo com o sistema financeiro. Assim, o segundo plano lançado tinha como objetivo prolongar uma tregua na crise:

O Governo [...] baixou rapidamente a taxa de juros e ainda assim conseguiu vender títulos públicos; paralisou a taxa de câmbio e mesmo assim não interrompeu as exportações; financiou (via expansão monetária vigorosa em fevereiro) a absorção de parte da dívida infindável dos estados, podendo, então, apelar para as “necessidades adicionais de moeda causadas pela menor taxa de inflação esperada”; interrompeu a queda do nível de atividade pela via do congelamento e dos aumentos salariais; desindexou a economia, ainda que temporariamente, tumultuando de vez as regras contratuais. Porém, trouxe para si o apoio interessado dos setores industriais, de olho em dois ou três meses de maiores vendas e, assim, alguma chance de recuperação dos lucros a curto prazo. E, finalmente, sem que tenha havido qualquer melhora de perspectivas quanto à recuperação da poupança pública que

⁹ Cf. Verbetes Plano Collor disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>

sustentasse a recuperação do investimento, anunciou um relançamento da economia, como base para um grande entendimento nacional. (*Idem, Ibidem*).

Também, organizou uma troca da equipe econômica que atuava no governo “por uma equipe que trouxesse para o governo a confiança do mercado financeiro internacional e que sinalizasse a disposição efetiva para uma mudança de rumos na estratégia de estabilização.” (*Idem, Ibidem*). Mas o governo encontrava-se fragilizado. Dois congelamentos de preços em um ano não foram favoráveis para o Governo, diante da opinião pública e do mercado financeiro. Como articula o economista Ronaldo Herriein Jr., “o sucesso de qualquer programa de reformas, seja qual for a sua direção, dependerá de uma ampla rearticulação social e política capaz de definir uma nova hegemonia em torno de um projeto para o País.” (HENRIEIN JR., 1991, p. 106).

Em setembro de 1992, o presidente Collor foi afastado do governo.

3. O conceito de inflação para a Escola Austríaca de economia.

A Escola Austríaca de economia representa uma corrente do pensamento teórico econômico que apresenta “um elevado grau de afinidade com a tradição do pensamento liberal, concepção dinâmica do tempo nos processos econômicos, centralidade da ação humana na vida social” (TELLEZ-ZAPEDA, 2016, p. 317), dentre outros aspectos, e é constituída através dos trabalhos dos autores Carl Menger, Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek – estes três reconhecidos como expoentes dessa corrente de pensamento. No campo das Teorias Econômicas, a corrente de pensamento estabelecida pela Escola Austríaca é compreendida enquanto uma teoria contrária ao *mainstream*, qual seja, uma corrente teórica que procura estabelecer um distanciamento às teorias econômicas predominantes.

Segundo Tellez-Zapeda (2016), “os antecedentes históricos e os pilares conceituais que sustentam a Escola Austríaca de Economia são indissociáveis do liberalismo clássico” (p. 319). Também, Brasil e Macedo (2016), quando discutem as visões da Escola Austríaca sobre os monopólios, apresentam aspectos da teoria liberal que permeia o pensamento da corrente teórica austríaca. Para os autores,

A partir da observação dos principais autores da Escola Austríaca, verificou-se que, em termos gerais, ela advoga em favor do livre mercado, argumentando que a

intervenção parece ser perniciosa para a concorrência e para os consumidores. Em geral, a Escola Austríaca afirma que o mercado não necessita de regulamentação e que a interferência governamental pode comprometer as liberdades individuais; logo, pode ser vista como uma escola cuja base é a organização democrática e a mínima intervenção governamental.” (BRASIL; MACEDO, 2016).

Resgataremos aqui o que os teóricos austríacos compreendem por inflação de modo a complementar nosso olhar ao contexto brasileiro que cerca o nosso objeto de estudo. Resgatamos alguns artigos de economistas brasileiros publicados no período que alimentavam as discussões teóricas sobre a inflação na medida em que experimentavam, e analisavam o imediato contexto, os impactos das então seis tentativas realizadas no Brasil para conter a inflação. Entre os autores que selecionamos, é interessante pontuar o quando a prática, a efetivação das medidas de estabilização, contribuía para a percepção da particularidade da inflação no caso brasileiro.

Assim, propomos uma ampliação de nossa observação para a análise do Plano Real. Resgatamos, assim, o conceito de inflação para a Escola Austríaca porque a percepção da inflação reclamada por esses teóricos lança luz nas causas de fracassos dos planos de estabilização brasileiros. Especialmente quando focamos no aspecto de combate ao “aumento de preços” e nas estratégias que, muitas vezes, acabavam por perpetuar esse cenário.

Dizemos isso porque, segundo Ludwig von Mises, economista austríaco, “o que as pessoas hoje chamam de inflação não é inflação - isto é, o aumento na quantidade de dinheiro e de seus substitutos -, mas, sim, o aumento generalizado dos preços das commodities e dos salários, que é a consequência inevitável da inflação. (MISES, 2008, p. 79 *apud* DANELISHEN, 2008, p. 1)¹⁰.

Essa mudança na percepção do conceito e, conseqüente confusão, como propõe Mises, é discutida na monografia de Dione Segala (2017), que aponta que “em *Theory of Money and Credit*, von Mises (1953, p. 239) argumenta que a expressão inflação é um termo com o qual se deve tomar muito cuidado ao utilizá-la, pois têm diferenças entre seu significado para a pura teoria econômica e nas discussões de políticas relacionadas a moeda [...]” (SEGALA, 2017, p. 32).

De acordo com Segala (2017), o termo inflação, no senso comum, acaba sendo associado à diminuição brusca do poder aquisitivo da moeda. Contudo, essas mudanças no

¹⁰ Cf. DANELISHEN, Gary. A Economia Austríaca vs. a Economia de Bernanke. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/27/a-economia-austriaca-vs-a-economia-de-bernanke#:~:text=Os%20economistas%20da%20Escola%20Austr%C3%ADaca,530>.

poder aquisitivo são constantes e, uma vez que permanente, mas sem grandes impactos, acabam não sendo percebidas. O que leva ao uso do termo relacionado apenas a grandes mudanças no poder aquisitivo da população. Porém, Segala (2017) alerta para o problema dessa confusão conceitual:

isso gera um problema. Se os termos se referem a grandes mudanças de origem monetária, ou como Milton Friedman diria, mudanças rápidas na quantidade de dinheiro, isso significa que é preciso fazer um juízo de valor, para determinarmos o que é grande ou rápido, tornando evidentes que são termos aos quais faltam a precisão categorial necessária a conceitos praxeológicos e econômicos (MISES, 2015, p. 386 *apud* SEGALA, 2017, p. 32).

O argumento de Segala é de que, toda essa confusão no uso dos termos e a mudança semântica do século XX sobre inflação e deflação contribuiu, em certa medida, para a confusão que gerou o fracasso dos programas de estabilização econômica das últimas décadas do século XX. Segundo o autor, “hoje, muitas pessoas chamam de inflação ou deflação não ao grande aumento ou redução da oferta de moeda, mas a sua consequência – a tendência generalizada de aumento ou redução dos preços de bens e salários.” (SEGALA, 2017, p. 33). E essa mudança de percepção acabou gerando muitas dificuldades.

A principal delas, e que talvez resuma as causas dos fracassos dos programas de estabilização econômica brasileiros pode ser explicada a partir do ponto de vista exposto por Segala:

Como a política de inflacionar a quantidade de moeda não tem mais um termo para designá-la, torna-se difícil explicá-la. Mais ainda, torna-se uma política auto explanatória, isto é, torna-se uma questão de fato, propagando-se sem questionamentos (MISES, 2015, p.386). De fato, não se discute mais se a moeda deve ser inflacionada ou deflacionada, mas em que níveis e quais taxas são “seguras” para manter os níveis de preços estáveis, isto é, combatendo a consequência e não a sua causa. (SEGALA, 2017, p. 33).

Na história econômica mundial e, mais notadamente no contexto brasileiro, que diz sobre nosso objeto de estudo, confundir as causas com as consequências pode gerar a hiperinflação. Quando os preços são reajustados constantemente, tem-se o exemplo da confusão do conceito de inflação e, assim, uma impossibilidade de estabilização porque a ação é direcionada ao ponto oposto a ser combatido.

4. O Plano Real: implementação.

A nomeação de Fernando Henrique Cardoso (FHC), então senador brasileiro, pra o cargo de Ministro da Fazenda gerou, em alguma medida, uma situação de maior estabilidade no Brasil entre os investidores. Após a queda de Collor, Itamar Franco, então vice, assume o cargo da presidência. No contexto de crise política e econômica que se apresentava no país, a posse de FHC e de sua nova equipe econômica conseguiu gerar uma nova onda de credibilidade da população no governo. Afastavam o pânico de um novo choque econômico e, em certa medida, lograram êxito na introdução do “anúncio da etapa de transição com um indexador oficial que servisse de unidade de conta, a chamada Unidade Real de Valor (URV)” (CARNEIRO, p. 1)¹¹.

O contexto econômico era também, até certo ponto de observação, favorável para a nova abordagem econômica de estabilização do governo. Como relembra Dionísio Dias Carneiro,

O ano [1993] fechou com um crescimento industrial de mais de 8% e um PIB com crescimento da ordem de 5%, deixando tranqüilo o presidente Itamar Franco, que passou a ter mais razões para acreditar em sua equipe. Sem recessão, com reservas abundantes e um saldo cambial em dezembro da ordem de três bilhões de dólares, havia segurança para o anúncio dos primeiros passos do novo programa de estabilização. (*Idem, Ibidem*).

Contudo, o avanço inflacionário aumentava as especulações públicas sobre quais medidas seriam adotadas pela nova equipe econômica, posto o avanço de mais de dez pontos percentuais da inflação ao final de 1993. Na ordem do dia, diante do contexto nacional marcado por estratégias anteriores mais agressivas, confiscos, congelamentos e reformas monetárias permeavam o debate econômico, político e social.

Talvez por isso, a reforma monetária empreendida, que compreendia a extinção do cruzeiro real e a transformação da Unidade real de Valor (URV) em Real, em julho de 1994, foi entendida enquanto um importante passo no sentido da estabilização econômica.

As etapas de implementação do Plano Real contavam com um projeto de transição que se pretendia enquanto processual e, sobretudo, não permanente de estabilização. A estratégia da equipe econômica em vigência era a de deixar claro que, as novas propostas, fugiam do aspecto brusco e das constantes alterações inesperadas que caracterizavam os planos

¹¹ Cf. Verbete PLANO REAL disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-real>.

anteriores. O que parece, em retrospecto, e como é reforçado por alguns autores (BRESSER-PEREIRA; CARNEIRO; SAYAD, dentre outros) uma estratégia acertada.

A URV foi anunciada enquanto um processo de transição para implementação de uma nova moeda. Funcionava enquanto uma “moeda paralela”, que era reajustada diariamente e que não possuía valor de troca. Ela convertia os preços e os valores em um novo valor monetário como uma tentativa de estabilização dos valores dos produtos. Em março de 1994, no Programa do Silvío Santos¹², FHC reforça que a principal função da URV era garantir a diminuição da perda salarial da população. Os reajustes diários ensaiavam um cenário de estabilização de preços para a população, como se projetasse um contexto sem inflação. Os salários passaram a ser expressos em URV, portanto. Segundo Bresser-Pereira (1994), a abordagem do Plano Real evitava congelamentos e pretendia agir, diretamente, na indexação salarial.

O Plano Real teve então três fases de implementação. A primeira delas consistia em “deixar patente que o governo poderia equilibrar suas contas sem o auxílio da corrosão dos gastos orçamentários propiciada pela inflação” (BACHA, 1997, p. 179). A segunda acontece com a criação da URV, com propósitos de preservar o poder de compra dos salários e, ainda segundo Bacha (1997), trazia a compreensão de que “que a conversão dos salários e outros contratos, de cruzeiros reais, para uma unidade de conta indexada diariamente (a URV), não necessariamente levaria a uma aceleração da inflação em cruzeiros reais, desde que as conversões fossem feitas pela média” (p. 179). E, por último, a terceira fase se concluiu com o lançamento do novo padrão monetário, o Real.

Assim, o processo de implementação do Plano Real trazia como perspectiva a compreensão de que “a inflação poderia, por meio de uma reforma monetária, ser trazida para próximo de zero instantaneamente, de forma renunciada, sem confiscos de ativos financeiros, nem congelamento de preços e salários.” (BACHA, 1997, p. 180).

Bresser-Pereira comenta em artigo de 1994 que os questionamentos do período quanto a validade dos salários após a sua conversão para URV, sobre qual seria a perda com a conversão, poderiam ser respondidos supondo o sucesso das etapas anunciadas pelo governo. Segundo o autor:

A resposta a esta segunda pergunta [quanto vão perder os salários com a conversão para a URV?], supondo-se que se use como base o salário médio real dos últimos 12 meses, é simples: Não vai haver perda alguma (1) desde que a inflação em seguida à reforma monetária seja próxima de zero; ou, não o sendo, desde que a inflação sobreveniente seja compensada por reajustes salariais que mantenham, a partir daí, o salário médio real; e (2) desde que não tenha havido imediatamente antes do plano

¹² Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=xWwTyOgRGeo>.

uma aceleração da inflação que tome a média de 13 meses inferior à dos últimos meses; ou, caso isto tenha acontecido, se não seja prevista uma compensação para o fato.

Contudo, as expectativas eram positivas. O Plano foi bem aceito e teve todas as suas etapas bem divulgadas midiaticamente. Ainda enfrentando a instabilidade política de um plano eleitoral, foi entendido pelos intelectuais economistas do período como um projeto de estabilização com altas possibilidade de sucesso por enfrentar o problema a partir de pontos de ataques diversos aos planos aplicados anteriormente.

5. Pós-plano real: expectativas de estabilização.

Em 1986, ano do início das nossas discussões sobre tentativas de plano de estabilizações no Brasil, a inflação batia o índice de 79,66% ao ano. Com uma média mensal de 167,80%, de acordo com os dados IPCA do IBGE. O índice inflacionário representava um marco na crise econômica brasileira que definiu a política econômica do país no final do século XX.

Ao todo, pelo menos treze (13) planos de estabilização econômica foram apresentados desde 1979, ano marco da crise inflacionária brasileira. Neste trabalho, discutimos sobre os seis últimos planos desenvolvidos antes do Plano Real, que marcou o governo de Itamar Franco e projetou a campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso, um dos autores do plano e executor, enquanto permaneceu Ministro da Fazenda no Governo de Franco.

A abordagem adotada pelo plano de estabilização de FHC foi inédita no país e representou, como tentamos apreender em nossas discussões, uma mudança na percepção do caráter da inflação brasileira. Para economistas como Bresser-Pereira, o grande avanço do Plano Real dizia respeito à conjunção empregada que alinhava ajuste fiscal e combate a inércia inflacionária. Como apresentamos em argumentos precedentes, o aspecto de inércia, de permanência em aumento, da inflação brasileira acabou muitas vezes sendo confundido com uma característica inercial da inflação – conceito que surgia como destacado nos debates teóricos do campo da economia.

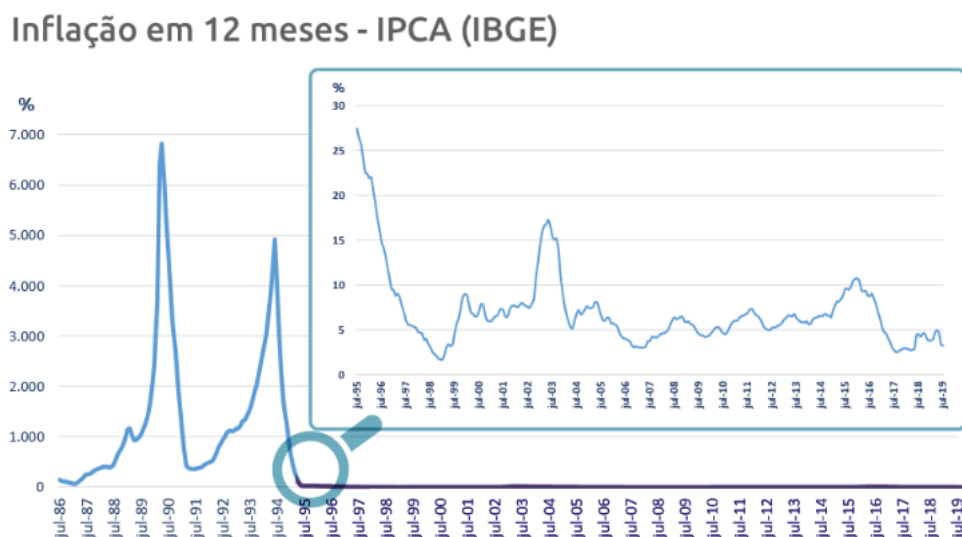
Para outros, como Sayad (1995), “O sucesso de qualquer plano de estabilização depende da estabilização de um preço nominal relevante: salário ou câmbio.” (p. 15). Fatores que representaram a base da abordagem do plano elaborado por FHC e sua equipe. Para o economista, “a instabilidade inflacionária do Brasil no período pós'1974, particularmente após 1979, deve ser atribuída a elevação das taxas internacionais de juros decorrente da política americana de altos déficits públicos e aperto na oferta de meios de pagamentos.” (SAYAD, 1995, p. 15). Visão que se diferenciava das abordagens “inercialistas” discutidas anteriormente.

Em trabalhos mais recentes, economistas apontam a eficiência do Plano Real na reconstrução da estrutura de poder do Estado Brasileiro (IANONI, 2009). Segundo Ianoni,

O Plano Real resolve problemas relacionados: 1) à nova inserção internacional orientada para o mercado dos setores público e privado da economia brasileira; 2) à repactuação sociopolítica, que deixa para trás mais de uma década de crise de hegemonia, aberta pela ruptura da aliança desenvolvimentista; 3) à ordem político-institucional; 4) e à esfera ideológica, por assegurar, de imediato, e induzir,

ao longo do tempo, a um ambiente nacional muito mais propício à expansão da cultura e da agenda liberais, sob diferentes matizes, entre os agentes de mercado, elites políticas e atores sociais. (IANONI, 2009, p. 1).

Figura 1. Tabela com índice IPCA em 12 meses.



Fonte: Site do Banco Central

No site do Banco Central do Brasil, a experiência do Real é descrita como sendo a de maior sucesso na história econômica brasileira. Na introdução à descrição do plano, o site apresenta o seguinte dado: “A inflação, que finalizou 1994 com 916%, atingiu 22% em 1995. Desde então, mesmo com as várias crises internacionais e internas que prejudicaram a estabilização econômica, o IPCA acumulado em 12 meses passou de 9% em poucas ocasiões.”¹³ A estabilização, como demonstrada na tabela, manteve a inflação em índices mais baixos.

Segundo Batista Jr.,

a queda da inflação foi produto da combinação de ampla operação de desindexação, do congelamento dos preços e tarifas públicas e do uso sistemático de munição acumulada no setor externo. A transformação da URV em moeda plena removeu, de forma engenhosa, grande parte do componente inercial da taxa de inflação. (BATISTA JR., 1996, p. 144).

Contudo, o país registrou, nessa primeira fase de implementação do Plano Real, um grande desequilíbrio externo. Ainda de acordo com Batista Jr.,

¹³ Cf. Conferir site do Banco Central do Brasil. Disponível: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>.

O desequilíbrio externo produzido nessa primeira fase do Plano Real também se aproximava perigosamente dos níveis observados nos anos que antecederam a crise da dívida externa dos anos 80. Entre 1978 e 1982, o déficit em conta corrente no balanço de pagamentos do Brasil correspondera a 62,4% das exportações e a 4,7% do PIB, em média (tabela 10). Assim, a economia brasileira, que ainda lutava para desvencilhar-se das consequências de uma longa crise de endividamento era levada a engajar-se, de forma intensa, em nova etapa de acumulação de passivos externos, endividando-se num ritmo comparável ao que a levava ao estrangulamento cambial do início da década passada. (Idem, p. 151).

Os índices de recuperação inflacionária foram expressivos, considerando todo o contexto da América Latina da década de 1990. A transição política, o percurso brasileiro na experiência democrática após anos de ditadura estabelecida, influenciou em certa medida no controle da crise econômica. Fato que repercute nos diversos trabalhos de ciência política que abordam o período que exploramos aqui.

Esse último aspecto consegue indicar o problema enfrentado pelo Brasil no controle da crise econômica. E, sobretudo, as incursões difusas dos programas de estabilizações propostos. Em verbete no site da FGV, Dionísio Dias Carneiro conclui:

Analisando em retrospectiva percebe-se que uma das características mais destrutivas da experiência inflacionária brasileira foi o efeito dominante da inflação sobre a agenda de discussões nos rumos da política econômica. Tal dominância decorreu precisamente dos mecanismos que permitiram o país funcionar e crescer em ambiente de alta inflação. Depois que tal adaptação mostrou-se ilusória, a partir das mudanças de regras contratuais de correção monetária nos experimentos pós-Cruzado, os mecanismos de defesa contra as mudanças de regras, que invariavelmente têm ocorrido quando a aceleração da inflação ameaça fugir ao controle do governo, aumentaram ainda mais a importância da inflação esperada como variável central para a tomada de decisões econômicas e condicionante dos rumos da política econômica. (CARNEIRO, p. 1).¹⁴

E reforça que, após a estratégia bem sucedida do Plano Real, o processo de estabilização da economia possibilitou a ampliação do debate econômico do país para além das amarras do problema da inflação. Um novo projeto econômico de país passou a ser possível. (CARNEIRO, p.1).¹⁵

¹⁴ Cf. Verbetes Plano Real. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-real>.

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

6. Conclusões

O Brasil vive hoje, 2022, a maior inflação dos últimos 28 anos¹⁶. Os debates atuais relembram o intenso debate acadêmico no campo da economia após a década de 1980 que gerou trabalhos de fôlego, de aspecto teórico ou indicativos práticos, sobre a inflação e, especialmente, a cruzada de combate a situação inflacionária brasileira que era identificada como um problema de grandes dimensões.

Em 1995, João Sayad escrevia

Muitos trabalhos sobre a inflação brasileira e sobre os planos de estabilização dos últimos 10 anos tem tom severo e recriminador. A inflação é atribuída ao crescimento do déficit público - que, por sua vez, e debitado ao mau funcionamento do sistema político ou ao crescimento de demandas sociais impossíveis de serem atendidas pelo governo; ao "equivoco" das políticas macroeconômicas adotadas, que "erram" na fixação de instrumentos de política (quantidade de moeda, taxa de câmbio ou de juros, déficit público) ou não conseguem levar ao equilíbrio agregados macroeconômicos relevantes (excesso de demanda agregada, desequilíbrio no balanço comercial). (SAYAD, 1995, p. 8).

O economista defende que a moeda é uma instituição econômica tão importante quando o Estado. E, nesse sentido, entende que a discussão sobre estabilização econômica e controle inflacionário necessita passar pelo reestabelecimento da ordem econômica. Que, segundo ele, se dá pela percepção da importância da “instituição moeda”.

Não citamos Sayad para defender seu ponto de vista, mas para reforçar a dinâmica discursiva em torno do problema inflacionário brasileiro a partir da década de 1980. Sayad, como muitos outros economistas, apontam que o sucesso do Plano real se deve, em especial medida, a mudança na percepção do problema. Que, ainda que de “fontes” diversas, segundo a linha teórica que cada economista de afilia, aponta um denominador comum: o que era então entendido por inflação no contexto brasileiro.

Do ponto de vista da ciência política, o problema da inflação perdurou no Brasil em razão de uma intensa crise política. Como reforça Sayad,

a inflação brasileira ou o processo de indexação acabam sendo vistos como "defeito" que não é corrigido por falta de vontade política ou porque o sistema político, o Congresso ou o Executivo preferem se financiar por "imposto inflacionário" ou, o que é equivalente, tem função de preferência onde pesa, mas a reeleição do que o interesse público na estabilidade do valor da moeda. (SAYAD, 1995, p. 8)

Contudo, sem questionar a veracidade da afirmação ou, sobretudo, a sua aplicabilidade no contexto brasileiro, é interessante reforçar aqui que o problema inflacionário brasileiro perdurou por muitos anos devido aos aspectos particulares da situação econômica brasileira.

Também, como abordamos nas sessões anteriores, os diferentes consensos sobre as causas da inflação brasileira levaram diferentes economistas a sugerir abordagens que terminaram por se verificar insuficientes.

O sucesso do Plano estabelecido por Fernando Henrique Cardoso e sua equipe se deve, sobretudo, ao acerto no combate às causas da inflação. Porém, não podemos ignorar a conjuntura social, política e econômica dos anos 1990 que favoreceram uma ação estruturada e com etapas bem definidas que, além disso, contavam com aceitação popular e do mercado financeiro.

Ainda no contexto atual, as confusões conceituais em torno da inflação inflamam o debate público sobre um problema que durante muitos anos foi crônico ao país. A escaladas de preços das mercadorias de 2019 a 2022 e a aparente ausência de estratégia do Estado para conter o avanço da crise contribuiu para o apagamento das causas da inflação brasileira mais uma vez. Aqui nesse trabalho, de fôlego menor, sugerimos uma discussão que perpassa pelo ponto de vista dos economistas da Escola Austríaca.

7. Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso Edição Atualizada: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Elsevier Brasil, 2015.

Balassiano, Marcel. "25 anos do Plano Real". Instituto Brasileiro de Economia IBRE/FGV. 23/07/2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/25-anos-do-plano-real#:~:text=Segundo%20o%20site%20do%20Banco,dorsal%20da%20infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%E2%80%9D.&text=A%20URV%20foi%20utilizada%20por,1%C2%BA%20de%20julho%20de%201994>.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 10 (28), 1996.

BAUMANN, Renato; CEPAL, N. U. Brasil: uma década em transição. 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A DESCOBERTA DA INFLAÇÃO INERCIAL. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Inflação inercial e plano cruzado. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 6, n. 3, 1986.

CORAZZA, Gentil. A política econômica do Plano Verão. **Indicadores Econômicos – FEE**, V. 17, N. 1, 1989.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. NEM MONETARISMO NEM INERCIALISMO: O ECLETISMO TEÓRICO DO PLANO COLLOR. **Indicadores Econômicos – FEE**, V. 18, N. 1, 1990.

Giambiagi, F. "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos; Os Anos FHC (1995-2002)". In: GIAMBIAGI et. al. (org.) "Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010". 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA": NOTAS INTEMPESTIVAS SOBRE O PLANO COLLOR II E A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA. **Indicadores Econômicos – FEE**, V. 19, N. 1, 1991.

IANONI, Marcus. Políticas públicas e estado: o Plano real. **Lua Nova**, São Paulo, 78: 143-183, 2009.

Leitão, Mirian. "O real que ficou após a travessia". O Globo. 02/07/2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-real-que-ficou-apos-travessia.html>.

Lopes, F.L., "Inflação e nível de atividade no Brasil: um estudo econométrico", Pesquisa e Planejamento Econômico, 12(3), dezembro de 1983.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 157, mar. 2009. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1787&tp=a>. Acesso em: 10/05/2022.

Modiano, E.M, “A dinâmica de salários e preços na economia brasileira: 1966/81”, Pesquisa e Planejamento Econômico, 13(1), abril de 1983. (1983a).

MORENO, Osmani Pontes; MODENESI, André de Melo. A curva de Rangel: origem, desenvolvimento e a formalização de Bresser-Pereira e Nakano. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 4 (137), pp. 565-586, outubro-dezembro/2014.

Resende, A.L. e Lopes, F.L., “Sobre as causas da recente aceleração inflacionária”, Pesquisa e Planejamento Econômico, 11(4), dezembro de 1981

SALLUM JUNIOR, Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 164.

SAYAD, João. Observações sobre o Plano Real. Est. ecoii., Sao Paulo, 25(especial): 7-24, 1995/6.

SEGALA, Dioner. **A inflação de preços no Brasil pós-plano real**: uma discussão entre as teorias ortodoxas e a Escola Austríaca de Economia para o caso brasileiro. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Economia., 2017.

World Bank, Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform, Washington, DC, World Bank, 2005